



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Diretoria de Recursos Humanos

Secretaria de Gestão de Pessoas

Seleção Pública para Estagiários de Cursos Superiores

CADERNO DE PROVA

Dia: 25 de outubro de 2009.

Prova: Direito

Prezado Candidato, seja bem vindo.

Leia com atenção:

01. Só abra este caderno após ler todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais de sala.
02. Preencha seus dados pessoais no quadro abaixo.
03. Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 50 questões.
04. Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, apresentando como resposta uma alternativa correta.
05. Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e, só depois transfira os resultados para a Folha de Respostas.
06. Confira também na sua Folha de Respostas, todos os seus dados impressos.
07. Para marcar a folha de Respostas utilize caneta esferográfica de cor azul ou preta. A marcação é definitiva, não admitindo rasuras e em nenhuma hipótese ela será substituída.
08. Não risque, não amasse, não dobre e não suje a Folha de Respostas, pois isso poderá prejudicá-lo.
09. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião, nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da prova. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.

Boa Sorte!

A Comissão.

NOME: _____ SALA: _____

INSCRIÇÃO: _____ IDENTIDADE: _____ ORGÃO/UF: _____

ASSINATURA: _____

PROVA: LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO 1

A consagração dos direitos do homem e do cidadão

A cidadania é um processo em constante construção, que teve origem historicamente com o surgimento dos direitos civis, no decorrer do século XVIII – chamado Século das Luzes–, sob a forma de direitos de liberdade, mais precisamente, a liberdade de ir e vir, de pensamento, de religião, da reunião, pessoal e econômica, rompendo-se com o feudalismo medieval na busca da participação na sociedade. A concepção moderna de cidadania surge então, quando a ruptura com o *Ancien Régime*, em virtude de ser ela incompatível com os privilégios mantidos pelas classes dominantes, passando o ser humano a deter o status de “cidadão”.

O conceito de cidadania, entretanto, tem sido freqüentemente apresentado de uma forma vaga e imprecisa. Uns identificam-na com a perda ou aquisição de nacionalidade, outros, com os direitos políticos de votar e ser votado. No Direito Constitucional, aparece o conceito, comumente relacionado à nacionalidade, aos direitos políticos. Já na Teoria Geral do Estado, aparece ligado ao elemento povo como integrante do conceito de Estado. Dessa forma, fácil perceber que, no discurso político dominante, a cidadania não apresenta um estatuto próprio pois na medida em que se relaciona a estes três elementos (nacionalidade, direitos políticos e povo), apresenta-se como algo ainda indefinido.

A famosa *Déclaration des Droits de l'homme et du Citoyen*, de 1789, sob a influência do discurso burguês, cindiu os direitos do “homem” e do “cidadão”, passando a expressão Direitos do Cidadão significar o conjunto dos direitos políticos de votar e ser votado, como institutos essenciais à democracia representativa.

[...]

A idéia de cidadão, que, na antiguidade clássica, cotava o habitante da cidade –o cidadão– firma-se, então como querendo significar aquele indivíduo a quem se atribuem os direitos políticos, quer dizer, o direito de participar ativamente na vida política do Estado, onde vive. Na carta de 1824, por exemplo, falava-se nos arts. 6º e 7º, em cidadãos brasileiros como querendo significar o nacional, ao passo que nos arts. 90 e 91 o termo cidadão aparece designando aquele que pode votar e ser votado. Estes últimos eram chamados de cidadãos ativos, posto que gozavam de direitos políticos. Aqueles, por sua vez, pertenciam à classe dos cidadãos inativos, destituídos dos direitos de eleger e ser eleito. Faziam parte, nas palavras de José Afonso da Silva, de uma “cidadania amorfa”, posto que

abstratos e alheios a toda uma realidade sociológica, sem referência política.

[...]

Esta idéia, entretanto, vai sendo gradativamente modificada, quando do início do processo de internacionalização dos direitos humanos, iniciado com a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Passa-se a considerar como cidadãos, a partir daí, não somente aqueles detentores dos direitos civis e políticos, mas todos aqueles que habitam o âmbito da soberania de um Estado e deste Estado recebem uma carga de direitos (civis, econômicos e culturais) e também deveres, dos mais variados.

[...]

<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto> acessado em:31/8/09

Para responder às questões, observe o texto:

1. Atente para as seguintes afirmações:

- I- O Século das Luzes, a que se refere o texto, serviu como um renascer para a humanidade no que condiz à ciência, às artes, e às letras.
- II- Pelo contexto, infere-se que houve, em relação ao medievalismo, uma ruptura, quando então no século XVIII, adveio o conceito de cidadania.
- III- No referido século, o homem passou a ser valorizado em sentido amplo, tendo sido disseminadas todas as diferenças sociais até então existentes.
- IV- Com a burguesia reinando no século XVIII, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão passou a reunir tais direitos em um conceito individualizante.
- V- Enfocando-se os direitos do cidadão, à luz da burguesia, como conjunto de direitos políticos de votar e ser votado surgem princípios essenciais de uma democracia representativa.

Estão corretas apenas as afirmações da alternativa:

- a) I, II, III IV e V
- b) I, II, III e IV
- c) I, II, IV e V
- d) II, III, IV e V
- e) II, III e IV

2. Considere as alternativas abaixo:

- I- A primeira manifestação de cidadania está inclusa na base no conceito de democracia representativa.
- II- No início do Estado Liberal, a idéia de cidadania era reduzida, pelo discurso jurídico, ao conjunto dos que adquiriam os direitos políticos.

- III- Por cidadãos ativos, na carta de 1824, eram considerados somente aqueles que podiam votar, omitindo-se estes, no entanto, a emitir juízos de valor.
- IV- Os cidadãos inativos eram os que integravam uma realidade sociológica, atuando moderadamente com direitos assegurados, sobretudo de serem eleitos.
- V- Apenas após a Declaração Universal dos Direitos Humanos é que se amplia o conceito de cidadão, passando a ser não apenas os habitantes de um Estado, mas possuidores de direitos e de deveres.

Estão corretas apenas:

- a) I, II, III e IV
- b) I, II e V
- c) I, III e V
- d) II, III, IV e V
- e) II, III e IV

3. Em relação ao texto:

- I- Todo o texto gira em torno de um mesmo tema, em uma abordagem histórica bem construída.
- II- Infere-se que a evolução do termo cidadania vem em um crescendo desde a antiguidade clássica até o século XX.
- III- Sempre o conceito de cidadão suscitou dúvidas, pois houve uma cisão entre a duplicidade de enfoque para “homem” e para “cidadão”.
- IV- O texto evoca momentos da Revolução Francesa, não apenas em relação à data, mas também pelos indícios da ascensão da burguesia ao poder.
- V- Em “Firme-se, então...” e “... a quem se atribuem os...” os vocábulos sublinhados possuem valores semânticos, sintáticos e morfológicos díspares, no entanto ambos são exemplos de ênclise.

Estão corretas apenas as alternativas do item:

- a) I, II, III e V
- b) II, III e V
- c) II, III e IV
- d) I, III e IV
- e) I, II e IV

4. Todas as alternativas estão corretas quanto ao texto, à exceção de:

- a) A variedade lingüística empregada é a formal por seguir as normas fonéticas, morfológicas e sintáticas, havendo predominância de conotação.

- b) Trata-se de um texto incluso no tipo dissertativo expositivo, em que há abordagens intertextualizadas.
- c) Em relação aos sinais de pontuação, inexistem falhas, inclusive quanto ao emprego de travessões e de reticências.
- d) “Esta idéia...”, o termo sublinhado retoma o que foi estipulado no parágrafo anterior, sendo elemento coesivo bem empregado, constituindo uma retomada pronominal.
- e) “Os direitos do “homem” e do “cidadão”...”, pluralizando –se os termos sublinhados e pondo-os no feminino, existe apenas uma possibilidade de fazê-lo, seguindo as normas gramaticais: “ Os direitos das” mulheres” e das “cidadãs”...”.

5. Existe falha em uma das alternativas, assinale-a:

- a) “...cindiou os direitos do “homem”...”, transformando-se em...”separou os direitos do “homem”...” o sentido não será alterado..
- b) No primeiro parágrafo, há exemplo do chamado presente histórico, por haver uma abordagem passada com elementos verbais no presente.
- c) Em “...ao passo que a expressão “Direitos do Cidadão significaria...” existe um elemento coesivo que possui uma relação de concessão.
- d) No terceiro parágrafo, existem elementos verbais, indicativos de ação completa, incompleta e ainda hipotética.
- e) Em”...levando-se em conta a sua visão...”, há uma forma verbal chamada nominal e um termo com valor restritivo e de posse.

TEXTO 2

O desafio da inclusão social no Brasil

Até há pouco tempo, o debate sobre a inclusão social, sobre combate à pobreza e à fome, era tema circunscrito e as iniciativas na área, praticamente exclusividade dos movimentos sociais. Felizmente, o cenário mudou porque o tema envolve as mais diferentes esferas governamentais e não governamentais e, principalmente, é questão central e objeto de política pública do governo federal. Se antes a sociedade civil se organizava como podia para implementar, graças aos homens e mulheres de boa vontade desse país, ações de apoio à população carente, hoje contam com a coordenação do Estado que assume o compromisso de formulação de políticas para o setor e, democraticamente, busca na sociedade o apoio para formulação de parcerias estratégicas e duradouras.

Não há como ser diferente. A sociedade tem e sempre teve um papel fundamental nas conquistas sociais da nossa gente. A própria incorporação das políticas de inclusão social como prioridade de governo é resultado da mobilização e organização da sociedade que definiu sua opção pela promoção dos mais pobres e isso está expresso na Constituição Federal de 1988. Graças a isso, podemos construir hoje uma rede de proteção social com base em políticas normatizadas. A solidariedade social, historicamente, é anunciadora do bem comum. Entretanto devemos ter sempre em vista que a parceria do Estado com a sociedade tem de apontar na linha de políticas públicas e buscar ações continuadas.

[...]

Cabe ainda a todos, Estado e Sociedade, trabalharem em conjunto pensando na dimensão que assume a questão de inclusão nos dias de hoje. Que tipo de exclusão enfrentamos? A exclusão econômica e social deve ser compreendida como a face mais conhecida de uma situação que tem outros desdobramentos – temos a exclusão cultural, do saber, o problema de desenraizamento, a quebra de vínculos familiares e comunitários, a perda de referências a partir da quebra de um paradigma social. Compreender essa multiplicidade do problema é o primeiro passo para que possamos compreender a dimensão de nosso campo de ação, reconhecendo nossas possibilidades, nossas responsabilidades de nossos desafios.

[...]

Anannias, Petrus . mds.gov.br acessado em: 01/09/09

6. Considere as afirmações abaixo:

- I- Observando o texto 1 e comparando-se com o 2, podemos inferir que este parece dar continuidade ao exposto naquele, pois existe uma abordagem em que se buscam dirimir as diferenças.
- II- O problema de inclusão social é um desafio que vem sendo enfrentado por alguns setores governamentais.
- III- Com a Constituição de 1988, o setor social adquiriu maior enfoque, daí haver hoje uma rede de proteção social, embasada em políticas legais.
- IV- Existe uma inferência de se objetivar sempre uma ação continuada em relação às políticas públicas inclusivas sempre em parceria Estado com a sociedade.
- V- A política inclusiva objetiva geração de trabalho e renda, estímulo ao cooperativismo e demais políticas que visem à independência do indivíduo.

Apenas estão corretas as assertivas:

- a) I, II e III
- b) II, III, IV e V
- c) I, II, III, IV e V
- d) II, III e IV
- e) I, III e V

7. “Cabe ainda a todos, Estado e Sociedade, trabalharem em conjunto...” Observe a forma verbal sublinhada e identifique a única alternativa em que a flexão de idêntico modo é inadequada:

- a) Os jovens vivem a sorrir porque sentem o fervilhar, a expressão, o vigor dos verdes anos.
- b) Às vezes, algumas pessoas que se dizem filantropos, parecem apenas viverem de explorar indivíduos em seus tugúrios.
- c) Muitas crianças as vimos crescer em sabedoria e em beleza até o presente, dignificando seus vínculos familiares.
- d) Para muitos viverem bem, seria necessária uma visão altruísta da existência a fim de se firmarem em seus ideais.
- e) Deixá-los-emos comprar apenas o imprescindível para suas premências alimentares e higiênicas.

8. Identifique a alternativa em que a justificativa sobre o explicitado esteja incorreta:

- a) Em “...combate à pobreza e à fome...” o acento indicativo de crase foi posto pela mesma razão do existente em “ A adequação à vida é uma questão de saber ultrapassar obstáculos.”
- b) “Não há como ser diferente.” O verbo “Haver” possui idêntico sentido na oração: “Há muito tempo que vivemos em uma fuga constante de nosso ego.”
- c) “...com a coordenação do Estado que assume...” pondo-se “coordenadores” em vez de “coordenação” e “quem “ em lugar de “que”, ter-se-ão duas possibilidades de concordância “ quem assume” e “ quem assumem”.
- d) “...organizava como podia...” trocando-se “como” por “ conforme” não há nenhuma alteração de sentido.
- e) Pode-se afirmar que o texto é dissertativo e injuntivo, uma vez que nos incita a encetarmos um trabalho em uma ação conjunta, objetivando aumentar o índice de inclusão social.

PROVA: CONHECIMENTOS GERAIS

9. A sigla BRIC encontra-se cada vez mais presente nos meios de comunicações da atualidade, ela refere-se a quatro países, Brasil, Rússia, Índia e China que ganham influência econômica e política no mundo de hoje. Sobre os mesmos não é válido afirmar:

- a) São consideradas economias emergentes e também são chamados de novos países industrializados.
- b) Suas economias recebem fortes investimentos externos e já apresentam considerável industrialização.
- c) São bastante semelhantes em aspectos como: mão de obra abundante e significativas reservas de recursos naturais.
- d) São estruturas tecnológicas avançadas que têm superado os produtores tradicionais de tecnologia.
- e) Esses países apresentam uma expansão econômica, convivendo com estruturas sociais econômicas arcaicas e com o agravamento das condições de vida nas suas cidades.

10. As notícias da imprensa têm feito insistentes referências à camada do pré-sal, gigantesco reservatório de petróleo e gás natural, existente na costa brasileira. Sobre a localização desta importante região, assinale a alternativa correta:

- a) Região litorânea situada entre os estados de Santa Catarina e o Espírito Santo.
- b) Região litorânea situada entre os estados do Rio Grande do Norte e Ceará.
- c) Região litorânea situada entre os estados da Bahia e Rio de Janeiro.
- d) Toda bacia litorânea brasileira.
- e) Região litorânea entre Rio Grande do Sul e Bahia

11. Falar de ética é algo cada vez mais obrigatório no mundo globalizado de hoje. Quando assistimos à sociedade dilacerada, por ações cada vez mais violentas expressas na corrupção política, assassinatos hediondos, agressões ao meio ambiente, uso de drogas, que apontam para a destruição do ser humano, cada vez mais sentimos a necessidade de nos refugiarmos em ideais éticos. Em função do que acontece de desastroso, a humanidade precisa ter suas condutas orientadas por normas e princípios que levem em conta o homem, a sociedade e o planeta. Por isso, assinale a alternativa

correta que representa uma reflexão compatível sobre a questão ética:

- a) O homem é um ser plenamente biológico e a cultura é um fenômeno que só se verifica nos dias de hoje e nas sociedades mais complexas.
- b) A ética é uma preocupação da ciência filosófica e reflete sobre as questões de natureza religiosa.
- c) O homem é um ser cultural, mas só se realiza exercendo plenamente todas as suas faculdades físicas e biológicas.
- d) Ética caminha, nos dias atuais, paralelamente ao conceito de cidadania. Ela pensa o conjunto de virtudes como necessidade humana e como fenômeno cultural, isso porque o ser humano se realiza plenamente pela cultura e na cultura.
- e) A ética consiste num conjunto de ações indispensáveis à reprodução biológica do homem e exprime, principalmente, as questões das relações homem e natureza.

12. Cidadania é o conjunto de direitos e deveres ao qual um indivíduo está sujeito em relação à sociedade em que vive. O conceito de cidadania sempre esteve atrelado à noção de direitos, mas dentro de uma democracia, a própria definição pressupõe a contrapartida de deveres, isto porque:

- a) Numa coletividade, os direitos de um indivíduo são garantidos a partir do cumprimento dos deveres dos demais componentes da sociedade.
- b) O direito de votar, para escolher os governantes e representantes, constitui-se no maior de todos os direitos cívicos.
- c) O direito de proteger o patrimônio comunitário e colaborar com as autoridades é direito inalienável de todo cidadão.
- d) O direito de prover o seu sustento com seu trabalho e respeitar os deveres sociais de outras pessoas é o maior dos direitos do homem.
- e) O direito de educar e proteger nossos semelhantes e proteger a natureza é direito inalienável.

13. **As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com diretrizes que se seguem apresentadas nas alternativas abaixo, exceto:**
- Descentralização, com direção única em cada esfera de governo.
 - Atendimento integral, priorizando-se as atividades preventivas.
 - Efetiva participação da comunidade através de suas diversas formas de organizações e ações.
 - Ações realizadas por serviços assistenciais organizados pelo Estado.
 - Centralização de ações pelos órgãos da União via Ministério da Saúde.
14. **O artigo 199 da Constituição Brasileira garante, à iniciativa privada, a organização da assistência da saúde, mas sobre sua relação com o sistema público de saúde, assinale a afirmação incorreta**
- As instituições privadas participarão de forma complementar.
 - As instituições privadas participarão do sistema público de saúde mediante contrato de direito público ou convênio.
 - As instituições privadas, com fins lucrativos, não poderão ter acesso a recursos públicos.
 - A Constituição proíbe que empresas de capitais estrangeiros participem na assistência médica no país, salvo em situações previstas em lei.
 - É lícita e livre a participação dos grupos de saúde privados no planejamento das ações públicas de saúde.
15. **A propósito do acesso aos programas de saúde pública pode-se identificar como afirmação incompatível qual letra abaixo?**
- Baseia-se na igualdade e universalidade do atendimento.
 - Todos os cidadãos têm garantia de assistência de saúde, e de forma igual.
 - Para se ter acesso aos serviços de saúde pública, pressupõe que o cidadão tenha feito contribuições.
 - O atendimento público à saúde deve ser gratuito.
 - O atendimento à saúde pública deve ocorrer sem que haja qualquer tipo de contribuição.
16. **A Previdência Social, em seus princípios e diretrizes, assinala que o acesso aos seus planos é universal tendo em vista qual argumento abaixo, a seguir: Assinale a correta.**
- Em qualquer lugar do país se pode ter acesso até mesmo onde não haja condição de um recolhimento efetivo.
 - É universal no sentido de que qualquer pessoa poderá ter acesso, desde que seja contribuinte, dessa forma, ajudando a manter o sistema.
 - É um direito para aqueles que necessitam de uma efetiva contribuição previdenciária face aos problemas de saúde.
 - É universal porque todos os brasileiros de todas as idades são obrigados à contribuição previdenciária.
 - É praticamente mantida pelas contribuições recolhidas dos trabalhadores das grandes empresas.
17. **A previdência Social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção pelos motivos que se seguem, exceto:**
- Incapacidade laboral comprovada.
 - Idade avançada e tempo de serviço.
 - Desemprego involuntário do contribuinte.
 - Aqueles dependentes economicamente dos contribuintes.
 - Exclusivamente aqueles com idade superior a 65 anos.
18. **Leia o que se segue e responda à questão: Diz o artigo 205 da Constituição. “A Educação, direito de todos é dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.**
- A partir da leitura da Carta Magna, qual das frases abaixo encontra-se incompatível com o espírito desse artigo constitucional.**
- A educação é um direito de todos e nos permite entender que também visa à qualificação para o trabalho.
 - A educação é dever do Estado, mesmo que a família e a sociedade se omitam de tal obrigação.
 - A educação é, também, obrigação da família e deve ser estimulada pela sociedade.

- d) A educação deve ser uma ação visando ao preparo para a cidadania, aí constando a preparação para o trabalho.
- e) Entende-se que o pleno desenvolvimento da pessoa ocorre com preparo para a cidadania e a qualificação para o exercício da atividade laboral.

disponibilizar seu acervo à pesquisa, tornando-o acessível ao público em geral.

- III - Funciona como espaço cultural do Poder Judiciário pernambucano na medida em que tem local reservado para exposições de arte e eventos relacionados com cultura.
- IV – Tem função jurisdicional, pois também julga processos de pequeno valor.

19. Pensar a formação do cidadão na sociedade de hoje que apresenta profundas transformações, não pode ignorar a educação voltada para valorização de uma consciência de preservação do meio ambiente e de uma utilização racional das potencialidades da natureza, por isso uma ética atual deve ter como objetivo desenvolver hábitos visando: Assinale a Alternativa inválida.

- a) A compreensão clara da existência e importância da interdependência econômica, social, política e ecológica nas áreas rurais e urbanas.
- b) Estimular uma educação dirigida à possibilidade de aquisição de conhecimentos no sentido dos valores, o interesse pessoal ativo e as atitudes necessárias para proteger e melhorar o meio ambiente.
- c) Estimular novas formas de conduta nos indivíduos, nos grupos sociais e na sociedade a respeito do meio ambiente.
- d) Estimular uma educação voltada para plena utilização das potencialidades da natureza, permitindo uma constante aceleração dos ganhos de produtividade, o grande indicador do desenvolvimento harmonioso, pretendido pela humanidade, sendo esse o caminho que permitirá a preservação do meio ambiente na sua plenitude.
- e) Estimular uma educação de respeito à natureza, utilização na produção econômica de recursos renováveis, utilização de novos materiais e novas formas de tratar e utilizar o lixo.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I e IV.

21. Sobre o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

- I - É um órgão do Poder Judiciário.
- II - É um órgão do Poder Legislativo.
- III- É um órgão do Poder Judiciário, porém vinculado ao Poder Executivo.
- IV- Tem sede na cidade do Recife e jurisdição em todo o território estadual.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I e IV.

22. Ainda sobre o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

- I – É constituído por 39 (trinta e nove) desembargadores e composto por uma Mesa Diretora, eleita para o mandato de dois anos, recaindo a escolha, por ordem de Antiguidade, dentre os desembargadores da Corte Especial que ainda não tenham exercido estes cargos, sendo vedada a reeleição.
- II - Constituído por 39 (trinta e nove) desembargadores e composto por uma Mesa Diretora, eleita para o mandato de dois anos, recaindo a escolha, por ordem de Antiguidade, dentre os desembargadores da Corte Especial que ainda não tenham exercido estes cargos, sendo permitida uma reeleição.
- III - A mesa diretora do TJPE, atual, é composta pelos seguintes desembargadores: Des. Jones Figueirêdo Alves – Presidente; Des. Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes Vice-

20. O Memorial da Justiça é o centro de documentação do Poder Judiciário pernambucano. Assim, dentre as alternativas abaixo, quais das afirmativas estão corretas:

- I - O Memorial Integra a Diretoria de Documentação Judiciária, ligada à Secretaria Judiciária, desenvolvendo trabalhos na área de museu e arquivo.
- II- Tem como função principal guardar, preservar, organizar e divulgar a documentação histórica da justiça pernambucana, de modo a

Presidente; Des. José Fernandes de Lemos –
Corregedor Geral.

IV - Possui uma Corte Especial, composta por 15
Desembargadores, onde 8 são os
desembargadores de maior antiguidade e 7
são eleitos pelo Tribunal Pleno do Tribunal de
Justiça de Pernambuco.

Está correto somente o que se afirma em:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I e IV.

23. O Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

- I – Tem como função típica a jurisdicional.
- II – Exerce funções atípicas de natureza executiva.
- III – Jamais poderá exercer funções de natureza legislativa, mesmo que de forma atípica.
- IV – Exerce funções atípicas de natureza legislativa.

Está correto apenas o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I, II, III e IV.
- c) I, II e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I e IV.

PROVA: DIREITO

24. DAS ALTERNATIVAS ABAIXO, é correto afirmar:

- I - Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.
 - II - A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro. Salvo no caso do menor nascer com alguma deficiência física ou mental.
 - III - São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: os menores de dezesseis anos; os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos; os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
 - IV - Os viciados em tóxicos, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- a) Todas as alternativas estão erradas.
 - b) Todas as alternativas estão corretas.
 - c) Apenas a alternativa I esta correta.
 - d) As alternativas I e III estão corretas.
 - e) As alternativas I, II e IV estão incorretas.

25. A Emancipação pode ser conceituada como: “o ato jurídico que antecipa a maioridade”, cessando como consequência, via de regra, para os menores a incapacidade. Dentro do tema, entre as alternativas abaixo é correto afirmar:

- I - Cessará, para os menores, a incapacidade: Pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos; pelo casamento.
- II - A emancipação é um ato jurídico retratável; por exemplo, acaso tenha sido adquirida por menor com 16 anos e um dia de vida, através de concessão de ambos os pais, por meio de escritura pública devidamente registrada, até que este menor complete 18 anos de vida, os pais podem, a qualquer momento, comparecer ao cartório de registro e revogar a autorização.
- III - A viuvez do menor antecipado não implica o retorno à incapacidade.
- IV - É caso de antecipação legal, o estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos, tenha economia própria.

Está correto apenas o que se afirma em:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I e IV.

26. Do domicílio da pessoa natural, é incorreto afirmar que:

- a) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
- b) Se, porém, a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, apenas a residência onde passar a maior parte do tempo, considerar-se-á domicílio seu.
- c) Quanto às relações concernentes à profissão, o domicílio da pessoa natural é o lugar onde esta é exercida. Da mesma maneira se a pessoa natural, exercitar profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.
- d) Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.
- e) Muda-se o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar.

27 . Sobre as Pessoas Jurídicas, é correto afirmar :

- I – São pessoas jurídicas de direito Público interno, a União, os Estados, o Distrito Federal, as autarquias, inclusive as associações públicas e as demais entidades de caráter público.
 - II - São pessoas jurídicas de direito público externo, os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.
 - III – As organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito privado.
 - IV – Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado.
- a) Todas as alternativas estão erradas.
 - b) Todas as alternativas estão corretas.
 - c) Apenas a alternativa I esta correta.
 - d) As alternativas I, II e III estão corretas.
 - e) As alternativas I e IV estão incorretas.

28. No direito brasileiro, são públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno. Relativamente aos bens públicos é incorreto afirmar:

- a) São bens públicos, de uso comum do povo, aqueles destinados à utilização do público em geral, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças.
- b) Os bens públicos de uso especial são bens e terrenos utilizados pelo próprio estado para a execução de serviço público especial.
- c) Os bens públicos dominicais constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.
- d) Os bens públicos de uso comum do povo e de uso especial não têm como uma das características a inalienabilidade.
- e) Não dispendo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

29. André, no dia de seu aniversário de 15 (quinze anos) de idade, ganhou uma bicicleta nova, presente de seus pais, porém, no mesmo dia, resolveu vendê-la a João, o qual é dono de uma revenda de bicicletas pelo preço de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sabendo que o valor de mercado da bicicleta é de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), esse ato praticado por André é:

- a) Anulável.
- b) Nulo.
- c) Ato-condição.
- d) Válido.
- e) Somente pode ser anulado se André se arrepender do negócio firmado com João.

30. Em relação ao negócio jurídico, é incorreto afirmar:

- a) São elementos essenciais do negócio jurídico: capacidade do agente, o objeto lícito, possível determinado ou determinável e a forma prescrita ou não na defesa em lei.
- b) Para prática de negócios jurídicos, os absolutamente incapazes devem ser assistidos por seus pais, tutores ou curadores.
- c) O negócio jurídico praticado pelo absolutamente incapaz sem a devida representação é nulo.

- d) Como regra, a declaração de vontade nos negócios jurídicos não depende de forma, senão quando a lei expressamente exigir.
- e) No negócio jurídico, celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.

31. Assinale, entre as alternativa abaixo, a única que não torna nulo o negócio jurídico:

- a) Celebrado por pessoa relativamente incapaz.
- b) For ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto.
- c) O motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
- d) Não revestir a forma prescrita em lei.
- e) For preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.

32. Vários são os princípios administrativos, alguns com previsão de forma expressa na Constituição da República Federativa do Brasil e outros não, assinale a única alternativa que possui princípios não positivados expressamente no artigo 37, caput da Constituição Federal.

- a) Razoabilidade e proporcionalidade.
- b) Legalidade.
- c) Eficiência.
- d) Moralidade e impessoabilidade.
- e) Publicidade.

33. Sobre os atos administrativos é incorreto afirmar.

- a) São atributos do ato administrativo, a presunção de legitimidade, a imperatividade e a auto-executoriedade.
- b) A auto-executoriedade significa que a Administração Pública pode executar algumas de suas decisões, com coercitividade, sem ter que submeter o ato previamente ao Poder Judiciário.
- c) A administração pode anular os seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais.
- d) A administração pode revogar seus próprios atos por motivo de conveniência e oportunidade, respeitando os direitos adquiridos.
- e) A administração jamais poderá convalidar um ato administrativo que contenha vícios que o desnature, deve, em todos os casos, anular ou revogar qualquer ato que tenha vícios.

34. “Os administrados que preenchem os requisitos prescritos nas leis e nos regulamentos têm o direito subjetivo público de exigir o mesmo tratamento por parte do Estado.” A afirmação refere-se a qual princípio da administração pública.

- a) Motivação
- b) Eficiência
- c) Impessoalidade
- d) Supremacia do interesse público
- e) Publicidade

35. Em face dos princípios da administração pública, é incorreto afirmar.

- a) O princípio da supremacia do interesse público permite a existência de sacrifícios e restrições a interesses particulares. Ressaltando que a administração não está em posição de igualdade em face do particular, ou seja, encontra-se em situação diferenciada em relação ao particular.
- b) “O particular pode tudo o que não é vedado pelo ordenamento jurídico, ao Estado é permitido apenas aquilo que o direito autoriza.” A expressão refere-se ao princípio da legalidade, o qual proíbe o Estado em agir de forma não prevista na lei.
- c) O princípio da publicidade ressalta que todos têm o direito de conhecer as ações dos agentes públicos no trato da coisa pública, propiciando a credibilidade e transparência.
- d) O princípio da eficiência impõe, ao agente público, um modo de atuar que produza resultado favorável aos fins que cabem ao Estado alcançar.
- e) Em face do princípio supremacia do interesse público, não cabe ao Judiciário analisar nenhum tipo de ato administrativo.

36. A República Federativa do Brasil, nas suas relações internacionais, rege-se por diversos princípios, entre eles os abaixo citados. Nas alternativas a seguir, identifique a única alternativa, que não condiz com os princípios da República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais:

- a) Independência nacional.
- b) Não-intervenção.
- c) Não concessão de asilo político.
- d) Solução pacífica dos conflitos.
- e) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

37. A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constituindo-se em Estado Democrático de Direito e tem como FUNDAMENTOS, exceto:

- a) Soberania.
- b) Cidadania.
- c) Dignidade da pessoa humana.
- d) Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- e) Defesa da Paz.

38. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição. Dentre as alternativas abaixo, é correto afirmar:

- I - Os Territórios Federais integram a União e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei.
- II - Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de referendo, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- III - É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.
- IV - É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

- a) Todas as alternativas estão erradas.
- b) Todas as alternativas estão corretas.
- c) Apenas as alternativas I e IV estão corretas.
- d) As alternativas I, III e VI estão corretas.
- e) Apenas a alternativa I é correta.

39. São órgãos do Poder Judiciário:

- I - O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e o Superior Tribunal de Justiça.
- II - Os Tribunais Regionais Federais, Juízes Federais, os Tribunais Regionais do Trabalho, o Tribunal Superior do Trabalho e os Juízes do Trabalho.
- III - Os Tribunais e Juízes Eleitorais.

IV - Os Tribunais Militares, os Juízes Militares, os Tribunais de Justiça dos Estados, os Juizes dos Estados e os Juizes do Distrito Federal e dos Territórios.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I e IV.

40. Aos juizes, é vedado:

- I - Exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma, de magistério.
- II - Receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo.
- III - Receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.
- IV - Exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, somente podendo exercer a advocacia após 10 (dez) anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

Está correto apenas o que se afirma em:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I e IV.

41. Relativamente ao Supremo Tribunal Federal, não podemos afirmar:

- a) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- b) Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente do Senado Federal, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta de seus membros.
- c) Compete ao Supremo Tribunal Federal, processar e julgar, originariamente nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal, processar e julgar, originariamente o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo

internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.

- e) Compete ao Supremo Tribunal Federal, processar e julgar, originariamente a extradição solicitada por Estado estrangeiro.

42. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Para propor ou contestar ação é necessário ter interesse e legitimidade.
- b) Para propor ou contestar ação é necessário apenas o interesse, o qual pode ser meramente econômico.
- c) Nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e forma legais.
- d) Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei.
- e) Toda pessoa que se acha no exercício dos seus direitos tem capacidade para estar em juízo.

43. A jurisdição só pode ser exercida por juizes ou órgão colegiados previstos na Constituição da República. A afirmativa refere-se a qual dos princípios abaixo:

- a) Princípio da inafastabilidade.
- b) Princípio do juiz natural.
- c) Princípio da improrrogabilidade
- d) Princípio do contraditório.
- e) Princípio da ampla defesa.

44. São condições da Ação.

- a) Partes, pedido, causa de pedir.
- b) Pedido imediato e mediato.
- c) Possibilidade jurídica do pedido e partes
- d) Possibilidade jurídica do pedido, interesse processual e legitimidade das partes.
- e) Apenas a possibilidade jurídica do pedido e legitimidade das partes.

45. A ausência das condições da ação importa em:

- a) Na extinção do processo, sem resolução de mérito.
- b) Na extinção do processo, com resolução de mérito.
- c) Na extinção do processo, se a parte, intimada pessoalmente, não suprir a falta em 48 (quarenta e oito) horas.
- d) Renúncia ao direito sobre que se funda a ação.
- e) Nenhuma das opções acima.

46. Conforme a legislação penal configura o crime de corrupção ativa na administração pública:

- a) Subtrair ou inutilizar, total ou parcialmente, livro oficial, processo ou documento confiado à custódia de funcionário, em razão de ofício, ou de particular em serviço público.
- b) Oferecer vantagem indevida a qualquer funcionário da administração direta, para praticar, omitir, retardar ato de ofício ou infringir dever funcional.
- c) Impedir, perturbar ou fraudar concorrência pública ou venda em hasta pública, promovida pela administração federal, estadual ou municipal, ou por entidade paraestatal; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem.
- d) Usurpar o exercício de função pública.
- e) Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.

47. Em relação ao crime é incorreto afirmar:

- a) Desistência voluntária: o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.
- b) Crime consumado: é consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.
- c) Crime tentado: é aquele que, após iniciada a execução, não se consuma em face que o agente, por vontade própria, desiste de prosseguir na execução.
- d) Crime doloso é o que ocorre, quando o agente visa ao resultado ou quando assumiu o risco de produzi-lo.
- e) Crime culposo é o que ocorre, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.

48. Dentre as alternativas abaixo, é conduta definida em lei como crime de peculato.

- a) Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
- b) Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.
- c) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou

antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

- d) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- e) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

49. A prisão em flagrante é uma prisão que consiste na restrição da liberdade de alguém, independente de ordem judicial, possuindo natureza cautelar, desde que esse alguém esteja cometendo ou tenha acabado de cometer uma infração penal ou esteja em situação semelhante prevista nos incisos III e IV, do Art. 302, do CPP. É uma forma de autodefesa da sociedade.

Diante do exposto, marque a alternativa errada, considera-se em flagrante delito quem:

- a) Está cometendo a infração penal.
- b) Acaba de cometê-la.
- c) É preso, a qualquer tempo, pela autoridade competente, sem ter comparecido espontaneamente perante esta.
- d) É encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
- e) É perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.

50. Marque a alternativa correta, o inquérito policial deverá terminar no prazo de:

- a) 15 (quinze) dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante ou estiver preso preventivamente.
- b) 15 (quinze) dias, independentemente de qualquer motivo.
- c) 30 (trinta) dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante ou estiver preso preventivamente.
- d) 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- e) 15 (quinze) dias, se o indiciado estiver solto, mediante fiança ou sem ela.